



BANCO CENTRAL DO BRASIL

Brasília, 18 de setembro de 2013.

**Discurso do Ministro Alexandre Tombini, Presidente do Banco
Central do Brasil, na Comissão Mista de Orçamento do
Congresso Nacional**

Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas

Exmos. Srs. Senadores e Deputados

Estou aqui na condição de Presidente do Banco Central do Brasil, em atendimento ao mencionado no § 5º do art. 9º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para discorrer sobre o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, e sobre o impacto e o custo fiscal de suas operações e o resultado demonstrados no balanço do Banco Central do Brasil, referente ao primeiro semestre de 2013.

O Banco Central do Brasil apresentou resultado positivo de R\$17,7 bilhões no primeiro semestre de 2013. Como determina a Lei, o resultado apurado no primeiro semestre de 2013, deduzida a Reserva de Resultado constituída, foi transferido ao Tesouro Nacional.

O resultado apurado com a administração das reservas internacionais e com os derivativos cambiais (swaps) totalizou R\$15,8 bilhões. De acordo com a legislação em vigor, esse resultado é neutralizado por meio de operação específica de equalização cambial com o Tesouro Nacional, não impactando o resultado consolidado do Banco Central. Como foi positivo, esse montante foi transferido ao Tesouro Nacional atendendo a preceitos legais.

A propósito, diante das condições de mercado, o Banco Central, após ter liquidado todas as suas posições com swap cambial no final de março de 2013, voltou a realizar leilões desse instrumento, acumulando posição vendida em câmbio no montante de US\$25,2 bilhões (equivalentes) ao final do primeiro semestre de 2013. A utilização desse derivativo cambial tem se mostrado importante instrumento de política para reduzir volatilidade, prover liquidez e proteção cambial ("hedge") aos agentes econômicos, e corrigir disfunções no mercado cambial.

Por fim, para concluir as minhas considerações sobre as demonstrações financeiras do Banco Central do Brasil referentes ao primeiro semestre de 2013, gostaria de ressaltar que o relatório da auditoria independente foi emitido sem qualquer ressalva e que citadas demonstrações foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em setembro de 2013.

Exmas Sras. Senadoras e Deputadas

Exmos. Srs. Senadores e Deputados

A seguir, gostaria de abordar o cenário econômico internacional, que está mais volátil nos últimos meses, e como o Brasil está preparado e o Banco Central do Brasil está atuando para assegurar a estabilidade da economia e do sistema financeiro.

Em relação ao cenário internacional, o principal destaque é o processo de transição em curso na economia mundial. Diga-se de passagem, transição positiva, pois significa que a recuperação da maior economia do mundo está ganhando força e isso representará à frente maior crescimento da economia e do comércio global.

Nos últimos cinco anos, o mundo conviveu com a flexibilização das condições monetárias nas economias avançadas. A política monetária convencional foi ao extremo, com taxas de juros próximas a zero. Além disso, foram adotadas várias iniciativas não convencionais, como a injeção direta de liquidez nos respectivos sistemas financeiros.

No entanto, o processo de normalização das condições monetárias nas economias avançadas já se iniciou.

A comunicação do Banco Central dos Estados Unidos, parte integrante desse processo, mudou desde meados de maio. E essa mudança se refletiu nas variáveis financeiras.

Os mercados se anteciparam aos fatos e os preços dos ativos financeiros se tornaram mais voláteis, oscilando ao sabor de cada dado sobre o ritmo de atividade da economia norte-americana.

As economias emergentes foram as mais impactadas por esse aumento da volatilidade.

No entanto, o Brasil se preparou para enfrentar essa transição.

O sistema financeiro está sólido, com elevados níveis de capital, liquidez e de provisões.

E o Banco Central está adotando as providências necessárias para assegurar a estabilidade do sistema financeiro e da economia e o bom funcionamento dos mercados.

No Brasil, nos últimos anos, observamos uma mudança na composição dos ingressos de recursos estrangeiros, com o aumento dos capitais de mais longo prazo e a moderação dos capitais de curto prazo. Essa recomposição tem sido importante especialmente nesse momento de maior volatilidade nos mercados internacionais.

A propósito, desde que a volatilidade aumentou, em meados de maio deste ano, continuamos observando fluxo positivo tanto de investimento direto quanto de portfólio, inclusive com o aumento da participação de investidores estrangeiros na dívida mobiliária pública interna.

Além disso, ao longo dos últimos dois anos, continuamos ampliando nosso colchão de segurança e de liquidez. Adicionamos quase US\$90 bilhões às nossas reservas internacionais, que hoje ultrapassam US\$370 bilhões.

Esse colchão permite ao Banco Central, nesse período de transição, marcado por níveis mais elevados de volatilidade e pelo aumento da aversão ao risco, ofertar proteção (hedge) aos agentes econômicos e liquidez aos diversos segmentos do mercado.

Em 22 de agosto, o Banco Central do Brasil anunciou o programa de leilões de swap cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra.

Semanalmente, pelo menos até o final deste ano, realizaremos leilões de swap cambial, no montante de US\$2 bilhões, e de venda de divisas com compromisso de recompra, no total de US\$1,0 bilhão. Se necessário, realizaremos operações adicionais.

Esse programa, além de conferir previsibilidade, ofertará aos agentes econômicos proteção cambial (hedge) superior a US\$100 bilhões (equivalentes), se considerarmos o montante de proteção que já foi disponibilizado.

Esse programa tem mostrado resultado positivo. Trouxe tranquilidade aos agentes econômicos, que sabem que terão acesso à proteção cambial caso necessitem. Com isso, o Real apreciou quase 8% em relação ao dólar norte-

americano desde o lançamento do programa, sendo o Real destaque positivo entre as principais moedas durante esse período.

Nossa estratégia é clara: utilizaremos nosso amplo rol de instrumentos para reduzir volatilidade excessiva e mitigar potenciais riscos à estabilidade econômica e financeira do país. E essa estratégia estará presente durante todo o período de transição entre o mundo atual e o mundo à frente, de condições monetárias normalizadas e maior crescimento da economia global e do comércio internacional.

Exmas Sras. Senadoras e Deputadas

Exmos. Srs. Senadores e Deputados

A seguir, gostaria de falar sobre atividade econômica brasileira e, na sequência, sobre inflação.

O crescimento econômico brasileiro tem se materializado de forma gradual.

Como já havia afirmado, recentemente, a percepção de muitos agentes econômicos estava - e ainda está - mais pessimista do que a realidade dos números.

O produto interno bruto (PIB) do segundo trimestre de 2013 cresceu 1,5%. Isso significa um ritmo de crescimento, em termos anualizados, de mais de 6%.

E a composição desse crescimento também é promissora. O investimento expandiu 3,6% no segundo trimestre, sendo assim o terceiro trimestre consecutivo de expansão dos investimentos na economia brasileira.

Olhando à frente, vemos que os fatores de sustentação da demanda continuam presentes.

A taxa de desemprego permanece em níveis historicamente baixos, e há geração de novos postos de trabalho.

O crédito continua se expandindo em ritmo sustentável. Observamos nos últimos meses, inclusive, redução da inadimplência e do comprometimento de renda das famílias.

Pelo lado da oferta da economia, observamos que a indústria apresenta retomada gradual. Em linhas gerais, as condições de competitividade desse segmento econômico estão melhores, com redução do preço de um dos seus principais insumos – a energia, além da desoneração da folha de pagamento para diversos setores e o câmbio em um patamar mais favorável para a produção doméstica.

O setor de serviços continua a se expandir, mas em ritmo menos intenso do que o observado em anos anteriores.

Por fim, o setor agrícola continua a renovar recordes de produção de grãos – ano após ano. Em 2013 a previsão para a safra brasileira de grãos é de 187 milhões de toneladas, o que representa expansão superior a 15,5% em relação à safra de 2012.

Por isso, excelentíssimos parlamentares, volto a afirmar que o crescimento econômico brasileiro tem se materializado de forma gradual.

No entanto, olhando à frente, a consolidação do crescimento para os próximos semestres em bases sustentáveis depende do fortalecimento da confiança das famílias e dos empresários, que já mostra alguma recuperação no período mais recente. O crescimento das vendas no varejo em julho deste ano, por exemplo, divulgado semana passada pelo IBGE, corrobora a perspectiva de melhora da economia e da confiança.

Exmas. Sras. Senadoras e Deputadas

Exmos. Srs. Senadores e Deputados

Agora, vou me concentrar na inflação, tema que faz parte das preocupações cotidianas do Banco Central.

Vou aproveitar esta oportunidade para fazer um breve retrospecto do comportamento dos preços desde meados do ano passado.

Em julho de 2012, ou seja, há pouco mais de um ano, o índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) acumulado em doze meses estava em torno de 4,9%.

À época, todas as medidas de núcleo de inflação do IPCA estavam em trajetória declinante, assim como a inflação implícita dos títulos públicos federais, que estava abaixo do centro da meta para 2012.

A projeção do Banco Central divulgada no Relatório de Inflação de junho de 2012 daquele ano indicava variação de preços de 4,7% em 2012.

Em síntese, o cenário à época era favorável, com a inflação oscilando próximo ao centro da meta.

Os choques de oferta que observamos na sequência, primeiro de origem externa e depois de origem interna, registrados no segmento agrícola, entre outros fatores, mudaram essa dinâmica.

A intensidade desses choques não foi desprezível.

Como consequência, a inflação se elevou, mantendo-se acima do esperado no segundo semestre de 2012 e nos primeiros meses de 2013. Além disso, passou a mostrar maior resistência, entre outros aspectos, em virtude da piora das expectativas dos agentes econômicos sobre a própria dinâmica da inflação e dos mecanismos formais e informais de indexação ainda presentes na economia.

Diante desse cenário, o Banco Central começou a agir. Primeiro alterando a sua comunicação e, posteriormente, adotando ações no âmbito da política monetária, com o início de um ciclo de ajustes na taxa básica de juros da economia desde abril deste ano.

Como consequência, embora ainda se encontre em patamares desconfortáveis, a inflação acumulada em doze meses já retomou a tendência de declínio, após alcançar o pico em junho deste ano.

No entanto, a desvalorização e a volatilidade da taxa de câmbio verificadas nos últimos meses ensejam uma natural e esperada correção de preços relativos da economia. No médio e longo prazo esse movimento beneficiará a economia

brasileira. No entanto, no curto prazo constitui uma fonte de pressão inflacionária.

Nesse contexto, a condução adequada da política monetária irá limitar a transmissão da desvalorização do câmbio para a inflação no horizonte relevante da política monetária.

Por fim, volto a ressaltar que o Banco Central entende que o combate à inflação, entre outros benefícios, contribuirá para fortalecer a confiança de empresários e de consumidores na economia brasileira, condição necessária para a consolidação do crescimento para os próximos semestres em bases sustentáveis.

Exmo. Sr. Senador Lobão Filho, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

Exmas Sras. Senadoras e Deputadas

Exmos. Srs. Senadores e Deputados

Essas foram as minhas considerações iniciais.

Coloco-me à inteira disposição de Vossas Excelências para prestar os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Muito obrigado.